

## RESENHA

ROJO, R. *LETRAMENTOS MÚLTIPLOS, ESCOLA E INCLUSÃO SOCIAL*. SÃO PAULO: PARÁBOLA EDITORIAL, 2009.

**Rubens Lacerda de SÁ**

**Kleber Aparecido da SILVA**

*Universidade de Brasília - UnB*

A aquisição da linguagem sempre tem despertado a curiosidade e o interesse de leigos e pesquisadores. Numa reportagem do programa Fantástico na Rede Globo<sup>1</sup>, exibida em 25 de janeiro de 2015, o programa reproduziu uma reportagem originalmente produzida pela rede BBC Inglesa que trata de como os bebês adquirem a linguagem. Destacou-se, entre outras coisas, que os bebês são capazes de identificar a língua e o sotaque da mãe, aos seis meses identificam a diferença sutil entre os cerca de cento e cinquenta sons que compõem as línguas faladas no mundo, aprendem a língua observando os músculos e o formato da boca dos adultos e entendem o triplo das palavras que conseguem falar.

Os dados acima demonstram que o processo de aquisição da linguagem e da língua é um que tem início desde a mais tenra idade e se estende pelos anos escolares quando as crianças, não mais apenas bebês, terão a oportunidade de formalizar seu aprendizado através do domínio da tecnologia da escrita e da leitura com a ajuda de profissionais da linguagem. É nessa fase também que as crianças serão expostas ao construto letramento que lhes possibilitará transitar nas mais diferentes esferas sociais e suas práticas. Portanto, a obra da Prof. Roxane Rojo oferece uma contribuição valiosa para a compreensão de como essa

---

<sup>1</sup> BBC. The secret life of babies. <http://g1.globo.com/fantastico/quadros/mundo-secreto-dos-bebes/noticia/2015/01/bebes-comecam-aprender-falar-ainda-no-utero-onde-escutam-sons.html> Acessado em 16/05/2015.

construção do letramento acontece na escola e como esta se relaciona com a alfabetização. Na verdade, a pesquisadora vai além, pois nos apresenta o conceito de como os letramentos são múltiplos e qual a sua relação com a escola e com a inclusão social dessas crianças no seio da sociedade moderna. Sendo assim, a partir dessa relação tripartite, Rojo nos ajuda a pintar um quadro bastante nítido da situação escolar brasileira, pois também apresenta dados bastante relevantes e que merecem atenção.

Em sua obra Roxane Rojo inicia já no prólogo de seu livro uma discussão sobre a histórica mescla ou confusão dos construtos letramento e alfabetização, e quais as implicações daí advindas para a educação escolar e os processos de inclusão social das crianças brasileiras.

No primeiro capítulo, **O insucesso escolar no Brasil do século XX — Um processo de exclusão social**, Rojo faz referência às pesquisas de Ferraro (2002) e apresenta, através de tabelas e gráficos nas páginas 15-22, a paradoxal relação entre “a queda da taxa percentual de analfabetismo e o aumento do número absoluto de analfabetos” e as taxas de evasão escolar bem como a relação com a população que não conclui a educação básica, as razões para isso e como tais cidadãos e a sociedade como um todo é afetada neste sentido. Por fim, a autora alerta ainda que embora tenha havido nos últimos anos algum avanço visando à eliminação da exclusão escolar e seu impacto nas práticas de letramento, no Brasil “pelo menos metade da população ainda muito longe da realidade de uma escolaridade de longa duração” (ROJO, 2009, p. 23). Entendo que os dados apresentados pela autora devem servir de ignescente para discussões mais aprofundadas entre os profissionais da linguagem com o fim de que se atenuem os efeitos negativos apresentados.

No capítulo dois intitulado, **Letramento escolar, resultados e problemas — O insucesso escolar no Brasil do século XXI**, a autora se presta a identificar como os problemas de aprendizagem impedem o êxito na formação cidadã protagonista do alunado e a inclusão escolar. Rojo apresenta dados obtidos sob a perspectiva de diferentes avaliações de percurso e como estas apontam para resultados insatisfatórios no que tange ao letramento escolar sobretudo em relação a capacidade de leitura que, para ela, fomenta as desigualdades escolares.

Analisa e comenta dois exames nacionais, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o internacional PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) destacando que a nível nacional os alunos são avaliados quanto a sua competência discursiva enquanto que a nível internacional o foco recai sobre a competência cognitiva de leitura do alunado. Neste formato paradoxal surgem problemas, pois cita Jurado (2002), que discute os resultados obtidos no exame do ano 2000 onde apenas 1% dos jovens brasileiros, num universo de alunos de 32 países, alcançaram o nível 5 do PISA e a maioria “mal conseguem localizar informações que podem ser inferidas de um texto, [sequer] reconhecer a ideia principal de um texto, compreender relações ou construir um sentido [a partir] de conexões ou experiência pessoal” (JURADO, 2002 p. 9 *apud* ROJO, 2009, p. 32).

É igualmente desanimadora a análise que Rojo faz dos dados obtidos através dos relatórios do ENEM e do SAEB, ambos do ano de 2001, pois estes indicam que os examinandos não têm sido ensinados na escola, tanto pública como privada, a construir sentidos a partir de um texto e discutir respostas a problemas sociais. A autora diz que “[a escola] parece estar ensinando mais regras, normas e obediência a padrões linguísticos que (...), a interpretação crítica e posicionada sobre fatos e opiniões, a capacidade de defender posições e protagonizar soluções” (ROJO, 2009, p. 33). Assim, ela entende que a escola deve funcionar como *lócus* de transformação social apontado para uma concepção crítica dos estudos da linguagem, que contribuiria para que se atenuassem os maus resultados apresentados nos exames mencionados. Ademais, vê como urgente que se revisem as propostas de ensino e letramento oferecidas pelas práticas escolares que têm servido apenas para um “quadro de ineficácia das práticas didáticas” (ROJO, 2009, p. 35) e são totalmente incongruentes com um letramento protagonista.

No terceiro capítulo, **Letramentos da população brasileira: alfabetismo funcional, níveis de alfabetismo e letramento(s)**, a autora aborda a diferença entre os conceitos de alfabetismo (funcional) e letramento(s), e apresenta os respectivos indicadores da população brasileira em geral. Iniciando com a consideração do tema proposto no capítulo em pauta, Rojo destaca que o “conceito de alfabetismo está no conhecimento, nas capacidades, envolvidas na leitura e na escrita” (ROJO, 2009, p. 45) e se relaciona primariamente com uma natureza

psicológica e individual. Cita Soares (2003 [1995]) ao considerar a complexidade sócio-historicamente determinada do construto, pois estas refletem as mudanças sociais. Não se trata apenas de determinar a capacidade de saber ler, ou decodificar o alfabeto e os sons da fala, e a habilidade de escrever frases simples.

Para que o cidadão alfabetizado não seja considerado como analfabeto funcional precisa ter, ao ler, a habilidade de ativar e relacionar seu conhecimento de mundo em diferentes contextos e situações; precisa não apenas saber escrever, mas ser capaz de fazê-lo de modo progressivo, coerente, coesivo e articulado. Em seguida, Rojo destaca que, ao pensar em níveis de alfabetismo, nos deparamos com a triste cifra de apenas 26% da população do país possuírem o domínio pleno das habilidades de leitura e escrita como descritas anteriormente. Pior ainda, a autora mostra numa tabela na página 46 que 68% da população leitora do Brasil é básica ou rudimentarmente alfabetizada. E, em todos os níveis, não têm capacidade de leitura crítica.

Ao abordar o tema letramento(s), Rojo chama a atenção não apenas para a circulação entre as práticas sociais voltadas para a leitura e escrita, mas também para o conhecimento, acesso e consumo de bens culturais na sociedade. Aponta para o triste fato de que embora tenhamos presenciado a democratização do acesso à leitura no país a esmagadora maioria da população brasileira não tem o hábito de ler, à exceção da Bíblia e outros livros religiosos. No entanto, como aponta Rojo, o parco domínio das capacidades de leitura e escrita, a ausência da habilidade leitora crítica e, menos ainda, o manejo das práticas sociais, ou letramento(s), impede que no Brasil a sociedade seja composta por cidadãos críticos e protagonistas de mudanças sociais relevantes, necessárias e urgentes no contexto nacional.

Rojo conclui este capítulo chamando a atenção para a preocupação com o acesso a espaços culturais, para a revisão das práticas de letramento(s) que contemplam apenas 26% da população brasileira, e para a necessidade de se “estabelecer a relação, a permeabilidade entre as culturas e letramentos locais/globais dos alunos e a cultura valorizada que nela circula” (ROJO, 2009, p. 52). Destaca que desta forma talvez “[superemos] o insucesso escolar e a exclusão social” (op.cit.).

**Alfabetização: o domínio das relações entre os sons da fala e as letras da escrita** é o título do capítulo seguinte, o quarto, em que a autora reflete mais profundamente sobre o conceito de alfabetização e o que está envolvido nesse processo. Apresenta inicialmente o percurso histórico para que o ser humano relacione o símbolo gráfico ao som e o significado daí advindos, ou seja, a relação entre escrita e fala. Em seguida, a autora aborda o tema da (ir)regularidade linguística e o processo de ortografização que, conforme denuncia, a escola insiste em ensinar as crianças durante a fase de alfabetização o conceito de homogeneização da língua padrão sem levar em conta as variações sociolinguísticas pautando-se, ao longo dos anos, apenas em métodos de alfabetização.

O penúltimo capítulo desta obra, **Alfabetismo(s): desenvolvimento de competências de leitura e escrita**, se centralizará no que bem sugere o tema e, ao tratar sobre esse assunto, Rojo diz que “ler envolve diversos procedimentos, [estratégias (meta)cognitivas] e capacidades perceptuais, motoras, cognitivas, afetivas, sociais, discursivas, linguísticas” (ROJO, 2009, p. 75).

Com a citação acima, a autora estabelece a relação entre a capacidade de leitura com o seu contexto de uso, pois não se trata apenas de decodificação do texto, mas também da habilidade de ativar, reconhecer e resgatar conhecimentos prévios visando à interação social. Portanto, a compreensão textual passa pela interação entre o autor do texto e o seu leitor de forma síncrona, ou seja, a mensagem deve alcançar o leitor para que atinja seu objetivo. Uma falha nesse processo indica que o leitor carece das estratégias e competências necessárias. Rojo lamenta o fato de a “leitura escolar ter parado no início da segunda metade do século passado” (ROJO, 2009, p. 79), ou seja, o alunado é incapaz de estabelecer uma relação entre um determinado texto e seu contexto social, menos ainda ser capaz de posicionar-se como ser social de modo protagonista em relação ao discurso textual. Carece de conhecimentos linguísticos e sociais que ultrapassam o conhecimento da relação grafia-fonema.

No que tange à competência escrita ou de produção textual, Rojo destaca que essa também “envolve uma multiplicidade de capacidades ou competências e habilidades desenvolvidas ao longo da educação básica, se não ao longo da vida” (ROJO, 2009, p. 83). No entanto, conforme salienta a autora, a história da construção curricular do ensino de língua

Portuguesa no Brasil não contribuiu para formação de cidadãos capazes de produzir textos que contemplem os mais variados tipos de domínio e contexto de uso da língua.

Como entristece aos profissionais da linguagem comprometidos com práticas pedagógicas ancoradas sob o prisma do letramento(s) e da inclusão social ver-se, a bem dizer, coagidos a coadunar com Rojo na referência acima, pois ao analisar as práticas didáticas vigentes no sistema educacional brasileiro notamos que poucos avanços, de cunho relevante e significativo, foram feitos. Embora haja, por todo o território nacional, excelentes iniciativas, sob a batuta de pesquisadores e profissionais da linguagem comprometidos com um ensino de qualidade, não podemos afirmar de que se trata de uma prática que contemple o alunado na educação básica, pública ou privada. Rojo reconhece que inúmeros avanços são notados neste sentido sem, no entanto, ter sido possível romper com as práticas cristalizadas de gramaticalização da produção textual que não leva em consideração as mudanças na multimodal e semiotizada sociedade moderna.

No último capítulo, **Letramento(s): práticas de letramento em diferentes contextos**, Rojo inicia sua consideração realçando a diferença entre alfabetismo, que tem um foco individual, e o construto letramento que se refere ao conjunto de práticas sociais atreladas à leitura e escrita em dado contexto social. Retoma a concepção de letramento em suas origens ao citar Street (1993) e apresenta a dinâmica que levou à pluralidade de letramento(s) em Hamilton (2002). Neste ponto a autora apresenta a relação entre letramento(s) e a dual questão político-ideológica de poder e dominação social e aponta para a existência de letramentos múltiplos e variados, dialéticos e dialógicos, que fazem parte do cotidiano da vida das pessoas na sociedade e que são, infelizmente, desvalorizados e ignorados pelo sistema educacional. Vê isso como um contra-senso, pois a escola deveria ser um fórum onde os alunos pudessem participar das inúmeras práticas sociais de modo ético, crítico, democrático e protagonista. Entretanto, a autora reconhece que tal conceito plural de letramento(s) é complexo e ambíguo, mas que pode ser abordado, e até explicado, a partir dos estudos de Bakhtin sobre as esferas sociais e de circulação de discursos e de gêneros discursivos.

Parece-nos bastante apropriado concluir esta resenha com a brilhante citação da própria Roxane Rojo que sintetiza seu objetivo nesta obra seminal que, sem sombra de dúvida,

representa uma excelente contribuição para os estudos da linguagem. Ela diz que “o papel da escola na contemporaneidade seria o de colocar em diálogo — não isento de conflitos, polifônico em termos bakhtinianos — os textos/enunciados/discursos das diversas culturas locais [...] para formar um cidadão flexível, democrático e protagonista, que seja multicultural em sua cultura e poliglota em sua língua” (ROJO, 2009, p. 115).

Indubitavelmente, todos os profissionais da linguagem, em especial os que têm o privilégio de ser agentes alfabetizadores e os professores de língua Portuguesa, seja ela materna ou para falantes de outras línguas, podem beneficiar-se imensamente com esta obra. Esperamos poder, a partir de contribuições como esta, refletir melhor no papel social de todos os que lidam com a língua(gem) nos seus mais variados cenários e que tais reflexões podem ecoar e ser concretizadas em mudanças no cenário educacional de nosso país para que a escola, com suas práticas, contribua para uma sociedade verdadeiramente letrada e, acima de tudo, inclusiva.

#### **Rubens Lacerda de SÁ**

Mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Especialização no Ensino de Língua Estrangeira para Fins Específicos pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em parceria com a PUC/SP e UFRJ. Bacharel em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Literaturas correlatas. Possui larga experiência em consultoria, assessoria e ensino de línguas portuguesa, inglesa, espanhola e Português para falantes de outras línguas e suas respectivas literaturas atuando tanto em âmbito público e privado em escolas de educação básica, em institutos de idiomas e em diversas empresas e universidades. Examinador das provas orais em Língua Inglesa: FCE, CAE, CEELT, BEC e CPE da Universidade de Cambridge e das provas orais em Língua Espanhola: DELE A1-A2 e B1-B2 da Universidade de Salamanca. Além das atividades de ensino é pesquisador da área de Língua(gem) e Sociedade e suas implicações sociais.

#### **Kleber Aparecido da SILVA**

Licenciado em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutor em Estudos Linguísticos (Linguística Aplicada - Língua Estrangeira) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - São José do Rio Preto). Pós-Doutor em Linguística Aplicada pela UNICAMP. É coordenador do "Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência" (PIBID - Letras), no

triênio 2011-2013 e 2014-2016. É professor adjunto 3 do curso de Letras (Português do Brasil como Segunda Língua - PBSL) e da Universidade Aberta do Brasil - UnB. É professor e orientador do curso de pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado/Doutorado) em Linguística (PPGL) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Tem publicado artigos em diversos periódicos e em livros de estudiosos da Linguística Aplicada tanto no Brasil quanto no exterior